



Inea licitacoes &lt;licitacoesinea@gmail.com&gt;

**CS BRASIL - WF 25608 - ESCLARECIMENTO TÉCNICO - INEA/RJ PE/006/2024**

**Gerência Administrativa e Logística** <geradl.inea.rj@gmail.com>  
Para: Inea licitacoes <licitacoesinea@gmail.com>

21 de outubro de 2024 às 15:24

Prezado(a), boa tarde

Visando a colaboração com o Serviço de Licitação deste Instituto, trago ao conhecimento **Solução de Consulta nº 47 - SRRF/1ª RF/Disit**, de 02 de dezembro de 2008, que trata da "RETENÇÃO. EMISSÃO DE NOTA FISCAL. CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA". Onde traz informações acerca do assunto abordado pela empresa CS Brasil Frotas S.A., inscrita no CNPJ 27.595.780/0001-16, direcionados ao Pregão – INEA/RJ PE/006/2024, que na Solução acima descrita destrincha todo os procedimentos fiscais acerca do tema devendo sempre estar em harmonia com a legislação de outros tributos pertinentes, "sendo que os documentos fiscais são utilizados pelas empresas para demonstrar e registrar sua conformidade com as obrigações tributárias e são regulados pelos órgãos fazendários federal, estadual e municipal, conforme se tira conclusão através da leitura do art.199 do Código Tributário Nacional".

**1. Faturamento:**

1. A contratada poderá emitir documentos de cobrança de forma segregada, ou seja: cobrança de locação de veículos - através de recibo de locação; e cobrança do fornecimento de mão de obra de motoristas - através de nota fiscal de serviços?

**R: Sim. Conforme prevê a legislação vigente, os serviços por mais que se completam, ambos podem ser oferecidos separadamente, assim as diretrizes legais abordam o assunto de forma segregada.**

2. Caso a resposta "a" seja **positiva**, entendemos que, durante a contratação, a medição e a cobrança dos serviços deverão ser realizadas mensalmente de forma separada, identificando-se o valor referente à locação dos veículos (sem incidência do ISS) e à prestação dos serviços dos motoristas (com incidência do ISS). Está correto nosso entendimento?

**R: Considerando que a pergunta aborda dois pontos, serão respondidos separadamente, conforme segue:**

· **Quanto à Locação de Bens:**

**O artigo 1º da Lei Complementar 116/2003 estabelece que o Imposto sobre Serviços (ISS) tem como fato gerador a prestação de serviços elencada na lista anexa. Assim, a locação de bens imóveis ou móveis não configura uma prestação de serviços, mas sim a disponibilização de um bem, seja ele imóvel ou móvel, para uso do locatário, sem que haja a prestação de um serviço associado.**

**Tal tipo de serviço consta como vedado à lista anexa na LC 116/2003, presente no item 3.01 – Locação de bens móveis, a partir de julgado pelo STF**

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

**3.01 – (VETADO)**

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands

**Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp116.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp116.htm)**

· **Quanto à Prestação de Serviços:**

**O artigo 3º da Lei Complementar 116/2003 estabelece que o Imposto sobre Serviços (ISS) seja devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do**

**domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:**

**(...)**

**XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa.**

**Assim, terá a incidência do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), no local da prestação do serviço, como fato gerador.**

3. Caso a resposta “b” seja positiva, entendemos que o edital também deverá ser ajustado para esclarecer que as licitantes deverão apresentar proposta com a identificação em separado do preço relativo a cada um dos serviços, ou seja, locação e fornecimento de motoristas. Está correto nosso entendimento?

**R: Não compete, haja vista se tratar de um edital.**

4. Caso as respostas “a” e/ou “b” acima sejam **negativas**, entendemos que as futuras contratadas deverão emitir documento fiscal único englobando o valor mensal total dos serviços de locação e fornecimento dos motoristas, incorrendo a alíquota de ISS sobre o valor total do documento fiscal, sendo vedado procedimento diverso. Está correto nosso entendimento?

**R: A e B positivas.**

## 2. Horas Extras

a) Entendemos que se os condutores trabalharem em labor extraordinário, por solicitação da contratante, serão remunerados de acordo com legislação (inclusive as normas previstas em acordo e/ou convenções coletivas), e a contratada deverá ser ressarcida integralmente pelo adicional legal pela hora trabalhada. Está correto nosso entendimento?

**R: Tal valor deve ser expresso na planilha de custos presente na IN 05/2017, onde é apresentado estimativa de valor, onde deverá ser cobrado somente quando ocorrer o fato gerador.**

b) A Contratante possui uma estimativa de horas extras por mês?

**R: Não há uma previsão estimada, haja vista as condições de trânsito, prioridades do Órgão, quantidade de demandas estipuladas, poderá ocorrer demandas junto à PMERJ, CBMERJ, PRF, MPE, entre outros Entes acarretando ou não em um lapso temporal maior. Porém sempre deverá respeitar as Leis trabalhistas em vigor, o qual dá amparo à categoria de Motoristas.**

**Acreditamos que, caso ocorra, não ultrapasse 15 (quinze) horas mensais por motorista, considerando os dias úteis e uma margem de 2 (duas) horas extras no dia, a depender do acordo ou convenção coletiva celebrado.**

## 3. Despesas Variáveis – Pedágio

a) Há previsão de utilização de Pedágio?

b) Caso a resposta acima seja positiva, está correto o nosso entendimento que todos os custos (instalação e manutenção) de TAG, caso seja instalado, e as despesas geradas da utilização será de responsabilidade da Contratante?

c) Caso seja de responsabilidade da Contratada, está correto o nosso entendimento que será reembolsado?

d) Qual o quantitativo mensal previsto de utilização de pedágio?

**R: Para todos os itens, a resposta está em torno ao Art. 64 da RESOLUÇÃO Nº 6.032, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023, onde os veículos serão cadastrados junto às concessionárias de pedágio, ocorrendo a livre circulação sem que haja qualquer tipo de cobrança.**

## 4. Despesas Variáveis – Estacionamento

a) Há previsão de utilização de Estacionamento?

b) Caso a resposta acima seja positiva, está correto o nosso entendimento que todos os custos será de responsabilidade da Contratante?

c) Caso seja de responsabilidade da Contratada, está correto o nosso entendimento que será reembolsado?

d) Qual o quantitativo mensal previsto de utilização de estacionamento?

**R: Para todos os itens, a resposta está em torno do Inc. VIII, Art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei nº. 9.503/1997), onde os veículos prestadores de serviços de utilidade pública, quando em atendimento na via, gozam de livre parada e estacionamento no local da prestação de serviço, desde que**

***devidamente sinalizados, devendo estar identificados na forma estabelecida pelo CONTRAN. Caso haja parada em estacionamento privado por ordem do servidor(a), o mesmo deverá arcar com o dispêndio da cobrança, além disso, o Instituto Estadual do Ambiente – INEA dispõe de estacionamento próprio de frente à Sede – Avenida Venezuela, Saúde, Centro/RJ.***

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

**Renan de Mattos R. Lopes**

Gerente de Administração e Logística

ID Funcional nº: 4466711-6



Secretaria de  
Estado do  
Ambiente e  
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO DE JANEIRO**  
VAMOS VIRAR O JOGO